

ABDIÇÃO D. PEDRO I

INTRODUÇÃO **Brasil imperial** (1808-1822), o bloqueio continental imposto à Inglaterra, determinou a transferência da família real portuguesa para o Brasil como forma de defender-se das ameaças napoleônicas.

ANTECEDENTES

A instalação do governo de dom João VI no Brasil (1808-1821) provocou a transferência da capital do Império de Lisboa para o Rio de Janeiro e o fim da condição colonial, fato reconhecido de direito, em 1815, quando o Brasil foi elevado a reino unido a Portugal. O governante decretou a abertura dos portos (1808), permitiu a instalação de indústrias (1810), fundou a imprensa oficial e academias superiores e introduziu uma série de melhoramentos no Rio de Janeiro. Ver Jardim Botânico do Rio de Janeiro; Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Em política externa, anexou a Guiana Francesa e a Banda Oriental (atual Uruguai) e fez uma aliança com a Áustria, casando seu filho dom Pedro I com a princesa Leopoldina. Enfrentou e dominou um movimento liberal, a Revolução Pernambucana de 1817 e, em 1821, com a Revolução liberal do Porto (1820), regressou a Portugal, deixando em seu lugar como regente dom Pedro I.

INDEPENDÊNCIA E PRIMEIRO REINADO (1822-1831)

Inicialmente defendendo a manutenção do reino unido, logo convenceu-se dom Pedro do interesse dos revolucionários portugueses, reunidos nas Cortes, em recolonizar o Brasil. Apoiado por políticos como José Bonifácio de Andrade e Silva (depois chamado o “Patriarca da Independência”), Gonçalves Ledo e José Clemente Pereira, conseguiu isolar tanto os recolonizadores como os republicanos, encaminhando o país, em setembro de 1822, para a independência sob regime monárquico, solução considerada moderada pelos grandes proprietários, que temiam a abolição imediata da escravidão e, que se constituíam na principal força política do país.

A consolidação da independência deu-se por três meios: a Guerra da Independência (1822-1824), que eliminou resistências na Bahia, Ceará, Pará e Província Cisplatina (atual Uruguai); a elaboração de uma constituição, outorgada em 1824 pelo imperador Pedro I, após a dissolução da Assembléia constituinte (1823) em meio a uma crise

política; e o reconhecimento do novo país por países como os Estados Unidos, Portugal, Inglaterra, Áustria e França.

A constituição imperial determinava um modelo centralizador, com o imperador nomeando os presidentes de províncias e estas gozando de escassa autonomia. Previam-se quatro poderes: o legislativo, com senado vitalício e câmara; o executivo, representado pelo conselho de ministros presidido pelo imperador, o judiciário e o moderador, este privativo do imperador. Determinava-se ainda que a religião católica seria oficial e que a representação política teria caráter censitário, podendo votar eleitores com determinada renda.

Com a independência foi reorganizada e ampliada a máquina estatal e criados o exército e a marinha. Este fato, aliado a uma guerra impopular com as Províncias Unidas (atual Argentina) pela posse do Uruguai (1825-1828), cuja independência terminou por ser aceita pelos dois países, determinou aumento das despesas e forte desvalorização monetária. Não tardaram os conflitos com a assembléia e os políticos em geral, levando a uma crise que culminou com a abdicação de Pedro I (1831).

PERÍODO REGENCIAL (1831-1840)

Tendo o herdeiro do trono cinco anos, iniciaram-se as regências. Inicialmente composta por três membros: provisória, em 1831 e permanente, 1831-1835; depois composta por um membro: Diogo Antônio Feijó (1835-1837) e Araújo Lima (1837-1840).

Foi uma época de instabilidade política, com diversas revoluções provinciais, como a Farroupilha (Rio Grande do Sul), a Balaiada (Maranhão), a Cabanagem (Pará) e a Sabinada (Bahia), nas quais um dos motivos preponderantes era o desejo de maior autonomia provincial que, foi concedida pelo Ato Adicional (1834), que criou os legislativos provinciais, fazendo outras concessões federalistas.

As agitações políticas das regências ameaçaram seriamente a integridade do país e levaram a uma reação conservadora no final da década de 1830. Em 1840 foi antecipada a maioridade do imperador, no chamado “Golpe da Maioridade”, numa tentativa de pacificar o país. Muito eficaz para controlar a situação política foi a lei de Interpretação (1840) do Ato Adicional, que novamente reforçou a centralização, eliminando algumas concessões federalistas.

SEGUNDO REINADO (1840-1889)

O regime monárquico novamente consolidou-se com a ascensão de dom Pedro II. O novo equilíbrio entre o poder central e as províncias chegou com a lei de Interpretação e o fim das revoluções do período regencial, obtido por vitórias militares e acordos políticos marcaram o início de nova etapa nacional.

Em 1847 foi criada a Presidência do Conselho de Ministros, retirando um elemento de desgaste político do imperador, sem que este tivesse diminuída sua autoridade. Consolidaram-se, também, os dois partidos políticos, Liberal e Conservador, ambos representantes dos proprietários rurais. Sendo o sistema eleitoral vicioso, com o domínio da oligarquia rural e a influência do partido que estivesse no poder, cabia ao imperador, numa intervenção conhecida como “gangorra imperial”, promover o rodízio dos partidos no governo. Tal arremedo de regime democrático funcionou a contento por vários anos, coincidindo com a expansão do café no vale do Paraíba fluminense, o fim do tráfico de escravos a partir de forte pressão da Inglaterra (1850), o pequeno desenvolvimento industrial que teve na figura de Mauá o principal expoente e o aumento da imigração européia.

Na política exterior o império preocupou-se sobretudo com o Prata, onde conseguiu manter forte influência, envolvendo-se em conflitos como a Guerra com a Argentina (1851-1852) e a Guerra do Paraguai (1864-1870).

Desde 1868, com uma intervenção política mais forte do imperador, provocando a derrubada do primeiro ministro Zacarias de Góis e Vasconcelos, houve forte desgaste político da monarquia. Nas décadas de 1870 e 1880 algumas “questões” o acentuaram.

A Questão religiosa consistiu num conflito entre dois bispos, dom Vital e dom Macedo Costa, que insistiram em aplicar no país determinações papais contra a franco-maçonaria, que não havia obtido a aprovação (*placet*) do imperador, como determinava a constituição. Processados e condenados, o assunto serviu para afastar a igreja do trono.

A Questão militar envolveu diversas manifestações de oficiais do exército, na década de 1880, sobre assuntos políticos. Embora punidos de acordo com as normas disciplinares, a atitude revelou o conflito entre o exército, cujo prestígio crescera com a vitória no Paraguai e as instituições monárquicas.

O problema servil envolveu a campanha abolicionista e o difícil processo de libertação gradativa dos escravos (lei do Ventre Livre, 1871, lei dos Sexagenários, 1885, Lei Áurea, com abolição total, 1888). Setores mais tradicionais da cafeicultura foram prejudicados pela abolição e deixaram de apoiar o trono.

A Questão federal significou o crescimento econômico e político das províncias, como São Paulo e Minas Gerais e a insatisfação das elites regionais com o papel subalterno que o regime unitário lhes impunha, inclusive com um presidente de província imposto pelo poder central. O Partido Republicano, por sua vez, criado na década de 1870 e as idéias do evolucionismo e do positivismo contribuíram para o descrédito final do regime que acabou derrubado num episódio de substituição de ministério, pelo marechal Deodoro da Fonseca.¹

¹"Brasil imperial." *Enciclopédia® Microsoft® Encarta 2001*. © 1993-2000 Microsoft Corporation. Todos os direitos reservados.